



Eduardo Modiano



Barros de Castro



Montoro Filho

*Caen. Brasil*

# Economistas criticam Cruzado II. E elogiam pacto.

Eles defenderam estabilidade de preços e política

"As formas autoritárias de política econômica se explicam na história, mas não se justificam" (Flávio Versiani, da Universidade de Brasília). "Os salários, com o novo índice, ficaram desindexados" (Eduardo Modiano, Pontifícia Universidade Católica do Rio). "A missa do sétimo dia do cruzado poderá ser tumultuada. Por quem os sinos dobram?" (Fernando de Hollanda Barbosa, da Fundação Getúlio Vargas). "Existe um mal-estar na sociedade, em parte pelo encaminhamento político dado ao Plano Cruzado" (Antônio Barros de Castro, da UFRJ). "O corte de investimentos públicos acaba incidindo sobre os investimentos" (André Franco Montoro Filho, presidente do BNDES).

A exceção do filho do governador de São Paulo, que se mostrou otimista, o que mais se ouviu no "Painel de Conjuntura", no encerramento do 14º Encontro Nacional de Economistas, quinta-feira, em Brasília, foi crítica ao Plano Cruzado II.

Para o professor Versiani, a reação contrária da população "é perfeitamente compreensível", devido não somente aos aumentos de preços, como também à forma autoritária da tomada de decisões e ao tipo de anúncio "canhestro" das medidas à sociedade. "A população teme a continuação do esquema antigo", enfatizou.

Modiano acha que depois da reindexação dos ativos financeiros de curto prazo às variações das Le-

tras do Banco Central (LBC) e à tendência que se delineia de reindexação das taxas de câmbio, somente os salários ficarão desindexados, pois, segundo ele, a regulamentação da escala móvel de 20% (gatilho), estabelecida pelo Decreto-Lei nº 2.283, caminha nesse sentido.

"A esta altura — frisou — o pacto social é a melhor solução." Acrescentou que, no momento, é fácil prever o quadro para 1987, pois não tem ainda um índice de inflação e nem se sabe se o gatilho será disparado. Porém, previu para o próximo ano muitas dificuldades no setor externo da economia. E completou: "Os economistas não podem fugir à crítica do Cruzado II. As críticas têm que ser construtivas, sendo mais importante manter a inflação baixa e assegurar a democracia e a estabilidade política do País".

Holanda Barbosa assinalou, por sua vez, que "um fato primordial de um programa de estabilização é a credibilidade. O Cruzado I foi um plano com maior credibilidade do mundo. O Cruzado II somente não foi feliz porque existe um desejo da população muito grande por uma estabilização dos preços". A respeito da iniciativa do Banco Central de vincular os ativos financeiros à variação das LBC, Barbosa fez uma observação: "Se a LBC for menor que a inflação, haverá saques na caderneta de poupança. Se for superior, os mutuários do BNH (extinto) não terão como pagar suas prestações, e o go-

verno terá de dar subsídio que a sociedade toda pagará no futuro".

Barros de Castro, na sua intervenção, criticou a forma fechada pela qual o governo está, administrando a economia. Disse que 1986 passará para a história como um ano de ilusões perdidas, em que o Brasil ofereceu ao mundo o espetáculo de "estabilizar os preços, redistribuir a renda e manter o crescimento econômico sem afetar o balanço de pagamentos, tudo simultaneamente". Em meio às "desilusões perdidas", Castro considerou que "falar em 5% de expansão do PIB em 1987 já é otimista", condenando a idéia que surgiu no governo de se criar um "cestão básico" para as famílias de trabalhadores, a preços subsidiados. Se a medida for realmente implantada, o economista prevê dificuldades futuras: "Veja o caso do trigo, cujo subsídio o governo não consegue retirar". Como estratégia de redistribuição de renda, Castro sugeriu o aumento do salário mínimo (hoje de apenas Cz\$ 804,00) para impedir que os salários mais baixos retorne ao patamar que era antes, quando o País passar a crescer menos.

Montoro Filho, falando por último, assegurou não ver fatos concretos indicando para uma possível crise. Na sua opinião, os empresários estão fazendo investimentos, e mostrou números do BNDES (que oferece dinheiro a juros subsidiados), segundo os quais, este ano, os empréstimos para aquisição de máquinas e equipamentos cresceram 212% em relação a 1985.